

**ATA N.º 2/2019**

-----A Assembleia Municipal de Sertã, reuniu no respetivo salão, em Sessão Ordinária, nos termos da Lei nº 75 de 12 de setembro de 2013, para deliberação sobre os assuntos constantes na Ordem do Dia, no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezanove pelas dezoito horas e trinta minutos, presidida por Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias, auxiliado pelas secretárias Raquel Sofia Dias Horta Antunes e Vera Lúcia Ruivo Dias. -----

-----Feita a chamada verificou-se a existência das seguintes presenças: Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias, José Pedro Leitão Ferreira, João Carlos Silva Almeida, Hélder José Nunes Tomé, Victor Manuel do Carmo Cavalheiro, António José Lopes Simões, Maria Isabel Lourenço Marçal, Maria do Céu Cardoso Dias, Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira, Álvaro Fernando C. Monteiro, Daniel Filipe Nunes Luís, António Antunes Xavier, Raquel Sofia Dias Horta Antunes, Jorge Manuel Farinha Nunes, Ana Margarida Cardoso Alves, Marcia Filipa Caldeira Nunes, Jorge Manuel Rodrigues Farinha, José Joaquim N. Mendes, Vera Lúcia Ruivo Dias, Paulo Jorge António M. Ferreira, Ramiro Alves da Silva, Joaquim José Costa dos Santos, Carlos Mateus Marques Lopes, Maria Filomena Nabais Cerdeira Bernardo, Carina Sofia Silva Alves, Amadeu Antunes Fernandes, Manuel Francisco Antunes Dias, José da Silva Nunes, Manuel Nogueira Figueiredo e Regina M. Farinha Fernandes -----

Pediram a suspensão do mandato que foi apreciada e aceite os deputados municipais: -----

Susana Margarida Farinha André (PSD) por um dia tendo sido substituída por Hélder José Nunes Tomé; Luis Martins Ribeiro (PSD) por um dia tendo sido substituído por Maria Isabel Lourenço Marçal; Pedro José Fernandes Vitorino Coelho (PSD) por um dia tendo sido substituído por Carina Sofia Silva Alves; Maria Gracinda L. Marçal (PS) por um dia tendo sido substituída por Regina Farinha Fernandes. -----

Faltou o deputado Nuno Pedro Leitão da Costa Melo, (PSD) que justificou. -----

-----**1 - PERÍODO DE “ANTES DE A ORDEM DO DIA”.** -----

-----**1.1 – Informações sobre o expediente da Assembleia Municipal.** -----

-----**Presidente da Assembleia:** Cumprimentou todos os presentes. -----

Declarou haver quórum e abriu a Sessão.-----

-----Agradeceu os convites dirigidos à Assembleia Municipal para estar presente em diversos eventos.-----

-----**Aprovação das Atas:**-----

-----Colocou à votação a ata nº 5 /2018 da sessão ordinária de 30 de novembro de 2018 e a ata nº 1/2019 da sessão extraordinária de 28 de janeiro 2019, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade dos membros com direito a voto. - -----

-----**1.2 – Apreciação de assuntos de interesse para o Município .**-----

-----**Maria Filomena Bernardo (PSD):** Cumprimentou todos os presentes.---  
Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo I).-----

-----**Jorge Nunes (PSD):** Cumprimentou todos os presentes.-  
Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo II).-----

-----**António Xavier (PS):** Cumprimentou todos os presentes.-----  
Iniciou a sua intervenção apresentando algumas notas:-----  
Felicitou a Senhora Presidente da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim Nesperal e Palhais pela inauguração do Espaço de Cidadão na Vila de Cernache do Bonjardim.-----

Felicitou igualmente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Sertã pela requalificação das escadas de madeira que dão acesso à zona ribeirinha junto ao espaço Numoas, faltando a continuidade de acesso para o jardim da sede da Selinda BTT.-----

Seguidamente questionou o Senhor Presidente da Câmara qual o ponto de situação do protocolo assinado para a implementação de consultas de saúde oral no Centro de Saúde da Sertã.-----

Por fim interveio lembrando um episódio ocorrido na freguesia do Carvalhal no fim de semana de 27 de janeiro documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo III)-----

-----**Carlos Lopes (PSD):** Cumprimentou todos os presentes.--  
- Interveio em jeito de resposta à intervenção do Senhor António Xavier, começou por afirmar que tudo o que escutou sobre a sua pessoa, como Presidente da Junta de Freguesia do Castelo é uma pura mentira.-----



Sessão de 28 de fevereiro 2019

O assunto foi presente no anterior mandato numa Assembleia de Freguesia e foi reprovado. A Assembleia de Freguesia no mandato 2013-2017 não permitiu que a Senhora Presidente resolvesse o assunto, como consta em ata. Não pode ser o atual Presidente da Junta a alterar o deliberado. Não foi a freguesia de Castelo a apresentar em tribunal o processo. Caberá ao Tribunal decidir. Informou que na próxima sessão da Assembleia Municipal virá documentado sobre o assunto.----

-----**António Simões (PSD):** Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo IV). -----

-----**João Carlos Almeida (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção respondendo ao Senhor Deputado António Xavier a respeito do eventual erro em carta administrativa que gera confusão entre os limites das 2 freguesias, estando em causa 104 hectares que dizem pertencer à freguesia do Carvalhal, conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo V). -----

Continuando a sua intervenção congratulou-se pela eleição de Amílcar Falcão a Reitor da Universidade de Coimbra, foi um dos impulsionadores do SerQ desde o início, tem agora este projeto tudo para continuar com sucesso.-----

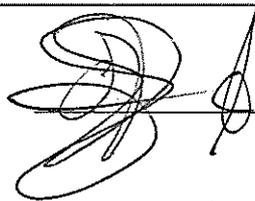
Referiu igualmente que a Sertã está de parabéns porque para além desta eleição foi nomeado para Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, o nosso Presidente da Assembleia Municipal Alfredo Dias que vai tomar posse amanhã, desejando as maiores felicidades no seu novo cargo. -----

Seguidamente fez um pequeno historial sobre o IVS conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo VI). -----

Por fim apresentou algumas notas: -----

- Sobre a importância que a EN2 está a ter para além das expectativas, depois da distinção pela editora Froomeers e do destaque no programa matinal americano “Good Morning América”, agora foi a vez de a EN2 ser descoberta pela Irlanda. O canal RTÉ Irlanda apresentou um vídeo promocional referente a esta via, comparando-a à americana Route 66, como a mais cénica e histórica que percorre montanhas, spas, regiões vinícolas e muito mais. O vídeo destaca também a zona Centro do País, onde inclui o concelho da Sertã. -----

Felicitou os restaurantes que aderiram à terceira edição na promoção e degustação grátis de Maranho e Bucho que durante os fins de semana do mês de fevereiro, para além de promover o Concelho promovem a sua própria economia. -----



Sugeriu à Câmara Municipal da necessidade de investir na colocação de outdoors no nosso Concelho. -----

-----O **Presidente da Assembleia** questionou o Senhor Presidente de Câmara se pretende vir responder às questões apresentadas: -----

-----O **Presidente da Câmara Municipal:** Cumprimentou todos os presentes.

E passou a responder às questões que lhe foram colocadas pelos Senhores Deputados: -----

À Senhora Deputada **Filomena Bernardo** referiu que sobre a E.N. 238, sempre teve a preocupação em relação à requalificação da mesma. Aquando da realização da 1ª reunião em final de 2009, com a presença do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cernache do Bonjardim, Diamantino Calado Pina nas Estradas de Portugal, foi-nos colocada uma questão: "Se a estrada devia passar dentro das localidades ou fora". A sua opinião foi de que para evitar os 15 minutos no trajeto Sertã – Tomar deveria ser circular às localidades. E a opinião do Senhor Presidente da Junta que já tinha reunido com alguns Senhores Presidentes de Junta a norte de Ferreira do Zêzere é que deveria passar dentro das localidades. Posteriormente informaram-nos que quando os intervenientes se entendessem participassem. Entende que não é possível uma requalificação com perfil de IC, da EN 238, passar dentro das localidades. A partir do momento que a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia tenham o mesmo entendimento - perfil de IC e existirem fundos comunitários acredita que construam circulares às localidades e a ligação de Ferreira do Zêzere a Cernache do Bonjardim será uma realidade. Acredita que é possível requalificar esta estrada de modo a evitar os 15 minutos. Relembrou a ligação do IC 8 a Cernache do Bonjardim e do -troço da estrada 238 - que não passa dentro das localidades. -----

- Ao Senhor Deputado **Jorge Nunes** referiu que a autarquia continuará a investir em equipamentos desportivos. -----

- O Senhor Deputado **António Xavier** referiu-se à divergência entre as freguesias de Carvalhal e Castelo relativa ao erro constante na Carta Administrativa Oficial de Portugal. Quando o problema surgiu, em 2013 reuniu com as partes interessadas e não houve entendimento. Gostava que o processo terminasse rapidamente. A população do Carvalhal sempre viu os locais como sua pertença a CAOP não está de acordo. O processo deu entrada no Tribunal e se não chegarem a acordo o mesmo é que decidirá. -----



Sessão de 28 de fevereiro 2019

Quanto às placas de toponímia apresentam nomes de ruas e não são indicativas de pertença da freguesia A ou B. -----

Quanto à reflexão referida pelo deputado **António Simões** o objetivo dos eleitos é trabalhar para melhorar as condições da população e aproveitar a centralidade do Concelho da Sertã. -----

O Senhor **João Carlos Almeida** referiu-se à Nacional 2, é um projeto interessante existem várias entidades envolvidas, incluindo as Infraestruturas de Portugal, S.A. Será colocada sinalização adequada. -----

----- **Presidente da Assembleia:** Saliou que o novo Regimento da Assembleia constava na Ordem do Dia. O mesmo foi retirado por entender que o documento deve ser analisado atempadamente, para efeitos de apresentação de sugestões, correções e alterações ao mesmo. -----

----- **2 – PERÍODO DE “A ORDEM DO DIA”.**-----

----- **2.1 – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira.**

----- **Jorge Nunes (PSD):** Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo VII).-----

----- **João Carlos Almeida (PSD):** Deu os parabéns ao executivo na pessoa do Senhor Presidente por mais uma vez e à semelhança do que foi feito para a Av. Gonçalo Rodrigues Caldeira, apresentou numa sessão pública as obras a realizar no mercado municipal e da revitalização da Av. Dr. Ângelo Henriques Vidigal e envolvente ao mercado. Sessão bastante concorrida e que ajuda as pessoas a inteirarem-se dos assuntos e esclarecerem-se sobre a execução das obras. -----

Questionou se não será uma oportunidade perdida e se foi sugerido, ou se houve conversações com a Diocese de Portalegre – Castelo Branco, para se proceder ao alargamento da Avenida para o lado do jardim junto da igreja matriz de forma a ganhar o espaço de passeio pedonal e assim permitir a existência de passeio em ambos os lados da avenida. -----

**2.2 – Proposta de reconhecimento de interesse público concelhio para oficina de bate chapas em Encosta do Capitólio - Sertã, requerido pelo Senhor Nuno Miguel Farinha Nunes - Proc.º 2018/450.30.502/35 – para deliberação - Proposta nº 14/2019.** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Relativamente às propostas que vão ser discutidas de reconhecimento de interesse público concelhio é conveniente

utilizar este reconhecimento para ultrapassar alguns problemas. Com a revisão do Plano Diretor Municipal nem todas estas situações se ultrapassam. Sabemos que não podemos fazer tudo o que gostaríamos, têm que existir regras. O território tem que ser organizado. O legislador encontrou forma de não permitir que a população do interior se dirija para a Grande Lisboa e para o Grande Porto. A política das últimas décadas é encaminhar a população para os grandes Centros, não queremos que isso aconteça daí termos que usar exceções. O prazo para o PDM ser revisto é até 13 de junho de 2020. Estes pedidos vão continuar a aparecer. Queremos que se trabalhe no interior, que se produza e que se crie riqueza, que não exista desemprego.

-----**Paulo Ferreira (PS):** Cumprimentou todos os presentes.-----

Iniciou a sua intervenção recordando que durante os últimos 8 anos esta Assembleia Municipal frequentemente tem aprovado os pedidos de reconhecimento de interesse concelhio. Podemos dizer que é pelo facto de o PDM não estar atualizado que o mesmo condiciona o Ordenamento do Território e mantemo-nos atrasados em relação aos outros Municípios.

O Senhor Presidente invocou a criação de postos de trabalho, a inatividade de algumas pessoas que querem implementar empresas, no entanto a bancada do Partido Socialista não está contra os projetos das empresas, mas que deve ser definido o que deve ser a Sertã no futuro em termos de Ordenamento do Território.

O que lhe parece abusivo é este reconhecimento vir a ser utilizado frequentemente tanto mais que nesta sessão são apresentados três pedidos. Obviamente gostam que apareçam iniciativas e que alguns munícipes levem os projetos à prática, mas estão a encontrar obstáculos. Não temos previsto que em algumas parcelas afetas ao perímetro urbano da Sertã não esteja claramente dito o que a parcela pode ou não construir e de que natureza. Surge um munícipe que tenha um projeto com impacto ambiental na zona da Sertã, gera desconforto junto da população, mas tem interesse municipal para a empresa ainda assim está a ir contra o interesse da população. É importante aprovar a revisão está a condicionar a nossa ação política, do executivo e dos que virão e a descaraterizar de uma forma não prevista mas dentro da legalidade.

-----**João Carlos Almeida (PSD):** Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo VIII).-----



Sessão de 28 de fevereiro 2019

**Deliberação:** Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**2.3 – Proposta de reconhecimento de interesse público concelho para construção de edifício destinado a comércio e serviços do ramo automóvel em Barreiros - Cumeada, requerido por Stand Frigi, Ldª - Proc.º 2019/450.30.502/3 - para deliberação - Proposta nº 26/2019.**-----

**Deliberação:** Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**2.4 – Proposta de reconhecimento de interesse público concelho para instalação do " BRICOMARCHÉ " em S. João do Couto- Sertã, requerido por Alcapredial - Investimentos Imobiliários S.A. - Proc.º 2018/450.30.502/8 - para deliberação - Proposta nº27/2019.**-----

-----**Jorge Rodrigues Farinha (PS):** Cumprimentou todos os presentes.- -----

Iniciou a sua intervenção referindo que pelo facto de seguirmos o raciocínio de se ter votado favoravelmente alguns projetos, se abriu um precedente de tal dimensão, não passando pelos eleitos recusar o que quer que seja ou votar pela falta de informação, nomeadamente a abstenção. Não tem procuração dos Senhores Vereadores, mas fazendo uma análise tem consciência de que alguns projetos como: serrações, destilarias, apresentados não ofereceram dúvidas porque estavam a laborar há décadas, tinham a necessidade de se expandir, precisavam de licenças ambientais, e se se diz que não se podia ali criar uma empresa a mesma já existia., o PDM, REN ou RAN é que não estava bem. Para dismantelar uma unidade e instalá-la numa zona industrial isso sim consistiria numa perda de postos de trabalho e esta Assembleia Municipal não faria bem o seu papel se não tivesse viabilizado esse projeto que já existia. No espírito do legislador quando permite que se pode sanar desconformidades com o que expõe o Ordenamento do Território e a prática existe, procurou que existisse uma solução e essa solução somos nós Assembleia Municipal. A 1ª votação é em sede do Executivo pode ou não remeter ao Órgão Deliberativo. O interesse geral do Ordenamento do Território, o interesse particular do empreendedor e mais a convicção que ele quer gerar em nós legitimamente que esse interesse particular tem um valor para o Concelho, com a criação de postos de trabalho etc., mas podendo acontecer que todos os dados objetivos não se cumprem. Perante a dúvida em sede do Executivo é legítimo a abstenção. -----

**Deliberação:** Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**2.5 – Proposta de desafetação de quatro parcelas de terreno do domínio público para domínio privado Municipal, sitas no Bairro do Cabril - Pedrogão Pequeno - Proc.º 2019/ 300.50.002/1 - para deliberação - Proposta nº 28/2019.**-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Relativamente a esta desafetação a Câmara Municipal entende que o Bairro do Cabril não está bem aproveitado. O espaço devia estar mais dinâmico, as parcelas são do domínio público e para a Câmara Municipal as ceder tem que as afetar para domínio privado. Existem interessados em ocupar os espaços, principalmente na área do turismo e a freguesia de Pedrogão Pequeno tem condições excelentes, nomeadamente a Barragem do Cabril, Moinho das Freiras e Hotel da Montanha. O objetivo é a alienação em hasta pública.-----

-----**Manuel Francisco Dias (PS):** Cumprimentou todos os presentes.-----  
Iniciou a sua intervenção felicitando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Alfredo Dias pela eleição a Vice-Reitor da Universidade de Coimbra.--  
A propósito deste ponto disse que olha com satisfação a desafetação das parcelas de modo a serem utilizadas para benefício público. Tem conhecimentos que houve empresas de Pedrogão Pequeno interessadas e como não existiu por parte do Município abertura fixaram-se no concelho vizinho. Ainda restam algumas parcelas que necessitam urgentemente de ser desanexadas por questão de segurança pública. Foi pena que não se tivesse olhado para o Bairro do Cabril no todo. Lembra que para a parcela onde está a garagem que é utilizada pela Junta de Freguesia se encontre outra solução para acolher os equipamentos.-----  
Por fim apresentou algumas notas dado não ter chegado a tempo de intervir no ponto 1.2:-----

- Lamentou a postura da EDP, empresa responsável pelas barragens da região – Cabril e Bouça dispensou os serviços prestados pela empresa de segurança – vigilância física. Tendo este serviço sido substituído por videovigilância a partir de Castelo do Bode. Salientou que os trabalhadores foram deslocados para Coimbra.-----

Deixou um agradecimento ao Município, à Bluepharma e à Junta de Freguesia que em parceria estão a contribuir para reflorestação das margens do Rio Zêzere na freguesia de Pedrogão Pequeno. -----



Sessão de 28 de fevereiro 2019

E ainda foi instalado o 1º banco feito pelo SerQ no parque de merendas - Casal dos Bufos. Lembrou o Senhor Presidente de Câmara e o Vice-Presidente que se deve melhorar a estrada marginal de Albufeira do Cabril para atrair visitantes ao parque de merendas.-----

**Deliberação:** Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**2.6 – Proposta de transferência para as Freguesias do Cabeçudo, Pedrogão Pequeno, Troviscal, Várzea dos Cavaleiros, Castelo e Sertã – Extensões de Saúde - Proc.º 2019/ 850.10.002.01/28 - para deliberação - Proposta nº 42/2019.**-----

**Deliberação:** Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----Nesta altura ausentou-se da sessão o Senhor Deputado Vítor Cavalheiro.

**2.7 – Proposta relativa ao ANO de 2019 sobre o exercício das competências transferidas para as Autarquias Locais no âmbito da Lei nº 50/2018 de 16 de agosto e concretizadas nos diplomas sectoriais a seguir indicados. Decretos-Lei nº 20/2019 e nº 22/2019, ambos de 30 de janeiro de 2019 – para deliberação - Proposta nº 43/2019.**-----

-----**Álvaro Monteiro (PS):** Cumprimentou todos os presentes.-- -----

Congratulou-se pela eleição do Presidente da Assembleia Municipal Alfredo Dias a Vice-Reitor da Universidade de Coimbra. Enaltece mais o concelho e que o seu mandato seja profícuo. -----

Sobre este ponto referiu que o Agrupamento do Partido Socialista quando a primeira proposta veio à discussão, no sentido de transferência de competências, votaram contra a proposta do executivo por quanto entendem que é um desperdício por parte do executivo não aproveitar as oportunidades. A Vereadora do Partido Socialista na Comissão de Análise referiu “ que seria conveniente não analisar num todo mas analisar os diplomas um a um”, aprovando aqueles com mais interesse económico e social para o concelho. Porque não aceitarmos as competências nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos o veterinário que acompanha o Município é abrangente a outros ninguém fiscaliza. Recordou a inauguração do estabelecimento onde de momento funciona o Pingo Doce e o veterinário municipal e demais entidades votaram contra a abertura das instalações, porque o projeto não cumpria a legislação.-----

-----**Maria de Lurdes Sequeira (PSD):** Iniciou a sua intervenção felicitando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Alfredo Dias pelo novo cargo, de

Vice-Reitor da Universidade de Coimbra. Seguidamente cumprimentou todos os presentes. Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo IX). -----

-----**João Carlos Almeida (PSD):** Relativamente à proposta da transferência de competências relativo ao ano de 2019 sobre o exercício de competências para as Autarquias Locais no âmbito da Lei nº 50/2018 de 16 de agosto, segue o mesmo caminho das anteriores, tendo em conta que neste momento ainda se desconhecem as implicações e as responsabilidades futuras a nível financeiro, recursos humanos e organizacionais subjacentes a cada um das áreas de competências transferidas no âmbito desses diplomas sectoriais, vota a favor da não-aceitação para o ano de 2019.-----

-----**Jorge Rodrigues Farinha (PS):** Felicitou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Alfredo Dias pela eleição a Vice-Reitor da Universidade de Coimbra.-----

Referiu que depois da intervenção da Senhora Deputada Lurdes Sequeira sobre a notícia da TSF “ De Lisboa para o interior: Museu do Chiado e arquivos dos ministérios vão ter casa nova” e o Governo estar empenhado em inventariar uma serie de estruturas que albergam nomeadamente arquivos que não fazem sentido estar em espaços nobres e transferi-los para o interior com vista ao desenvolvimento dos territórios de baixa densidade, visando a fixação da população, a diminuição das assimetrias regionais, a coesão e a competitividade territorial integrada no Programa de Valorização do Interior, estava convicto que que a Senhora Deputada dissesse” por consequência e porque o Governo está a tratar dessas matérias é bom que os municípios aceitem a transferência de competências em determinadas áreas mesmo que aparentemente não lhes afete, mas que no futuro seja uma possibilidade. -----

**Deliberação:** Colocada a votação a proposta foi aprovada por maioria -----  
Contabilizou 20 (vinte) votos a favor da bancada do Partido Social Democrata e 9 (nove) votos contra da bancada do Partido Socialista.-----

**2.8 – Para conhecimento do plenário:**-----

- **Em sequência da proposta nº 227 de 18-10-2017 aprovado em sessão da A.M. de 21-10-2017:**-----

- **Aquisição de serviços de Terapeuta de Fala no âmbito do Projeto Bussola,**

Projeto de Prevenção e Intervenção — ano letivo 2018/2019 - Proposta nº272/2018.-----

- Fornecimento contínuo de 50 toneladas de Gás Propano a Granel - Proposta nº273/2018.-----

- Transportes Escolares para o ano letivo de 2018/2019 — Proposta nº289/2018.-----

- Prestação de serviços de seguros - ramo acidentes de trabalho - Proc.º 2019/300.10.00518 - Proposta nº20/2019.-----

- Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Sertã relativo ao ano de 2018. -----

**3 - Período destinado ao Público:** -----

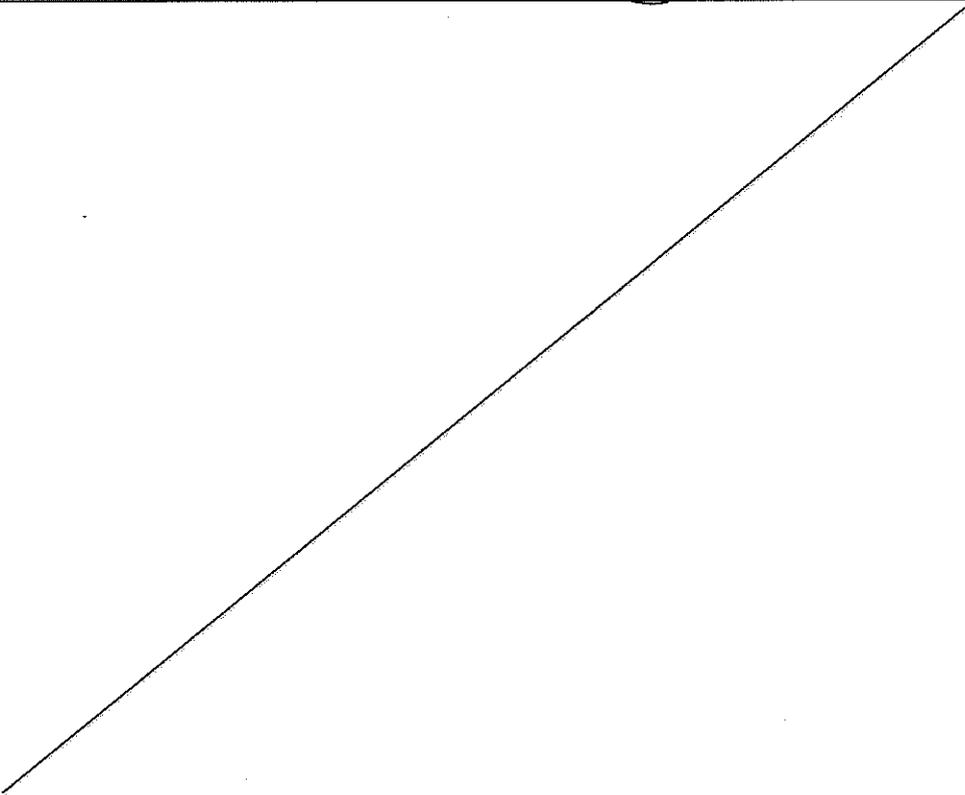
Não houve intervenção do público. -----

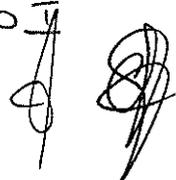
-----**Encerramento:**-----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu a Sessão por encerrada pelas 21,30 horas da qual eu, Fátima Piedade Carreiro Folgado Fernandes, lavrei a presente ata, aprovada em minuta por unanimidade, e que vai ser assinada.

-----O Presidente da Assembleia, *Alfredo Carneiro Barroso*

-----A Assistente Técnica, *Fátima Folgado Fernandes*



ANEXO J 

Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Secretários da Mesa

Exmo. Sr. Presidente, da Camara

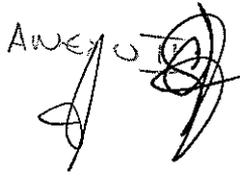
Exmos Senhoras e Senhores Vereadores Colegas , Comunicação Social ,  
Exmo. Publico.

Quero em primeiro lugar felicitar o Município da Sertã por ter aderido ao Programa da Abem rede solidária de medicamentos, sabendo –se que um em cada dez portugueses não tem dinheiro para comprar medicamentos. Esta foi uma decisão mais que justa. O feed back que a farmácia de Cernache do Bonjardim nos dá é que se nota claramente nos doentes com doenças crónicas, que quase sempre só levavam metade dos medicamentos. Com o cartão da Abem tem acesso a toda a medicação prescrita gratuita, o que leva a uma melhor qualidade de vida.

Senhor Presidente, preciso de um esclarecimento seu. Perante esta assembleia! Li uma noticia na radio Condestável sobre uma resposta sua a um Cernachense que estava presente no publico na reunião do executivo do dia 14 de Fevereiro , sobre a EN 238 que muito honestamente me deixou incrédula.... O Senhor só pode estar enganado, a justificação que o senhor deu não pode ser verdade, não é verdade. Diamantino Calado Pina sempre lutou pela requalificação da EN 238, desde que li essa noticia juntei num dossier todos os documentos que existiam sobre a 238, sejam officios enviados pelos presidentes Diamantino Calado Pina e Joaquim Filipe Patrício, as respostas de vários Secretários de Estado, Ministros de obras publicas , recortes da comarca da Sertã e de outros Jornais nacionais como por exemplo este ; da Comarca da Sertã de 19-10 – 2010. Onde tem o titulo CALADO ESTÁ ZANGADO! GAZETA DO INTERIOR 24-03-2010- COM O TITULO AUTARCAS EXIGEM NOVO TRAÇADO. Calado Pina sempre exigiu a requalificação da estrada com um novo traçado. Nesse dossier senhor presidente não fala uma só vez em passar dentro ou fora da vila. Mas sim sempre no isolamento em que esta estrada estava a provocar á vila de Cernache do Bonjardim. Este dossier tem 215 documentos, que vão desde Novembro de 1990 com este texto de Calado Pina até á ultima entrevista ao Jornal Correio da Manhã do dia 27 de janeiro de 2016. Mas este Dossier também tem documentos do Senhor Presidente José Farinha Nunes como este comunicado aquando da derrocada em fevereiro de 2014. Ou esta entrevista á gazeta do interior onde o título , diz Jose Farinha Nunes quer requalificação do IC8 e novo traçado da 238. E muito mais,!!!! Quem consultar este dossier Senhor Presidente fica com ideia que o senhor defendia tanto como Calado Pina a resolução da 238 de uma vez por todas, Mas a verdade é que esta sua declaração é muito reboscada. E nós Cernachenses continuamos isolados sem desenvolvimento. Sem querer ser profeta da desgraça se acontecer a calamidade que aconteceu em Borba. A culpa vai morrer solteira ou então, vamos culpar quem mais se debateu para a requalificação da 238 e que já cá não esta para se defender.?

Cernache do Bonjardim 28 de Fevereiro 2019

Maria Filomena Bernardo

AUXÍLIO  


**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Sertã  
de 28 de fevereiro de 2019**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Excelentíssimas Senhoras Secretárias

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal  
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadores

Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores Jornalistas

Digníssimo Público.

Boa tarde.

Um cumprimento a todos os presentes e aos ouvintes da Rádio Condestável.

Neste período de “**Antes da Ordem do Dia**”, da apreciação de assuntos de interesse para o Município, pretendo deixar duas ou três notas sobre o desporto e prática desportiva no nosso concelho.

A primeira nota, vai no sentido de incentivar o Município a apostar mais num desporto inclusivo, possibilitando às pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida a pratica desportiva.

Sei que o CCD, já colabora com a APPCDM na natação, o que é um bom exemplo, mas esse exemplo podia e devia ser seguido por outras coletividades na prática desportiva ao ar livre ou em pavilhão.

Nesta matéria sugeria ao Município estudasse a possibilidade de incluir em futuros protocolos com as coletividades do nosso concelho a recomendação ou a obrigação dessas instituições desportivas disponibilizarem meios e realizarem algumas atividades e eventos desportivos para este tipo de população.

A segunda nota vai no sentido de relembrar o Executivo da necessidade de manter nas melhores condições de utilização todas as infraestruturas desportivas do Concelho e que nestas, sejam salvaguardadas e garantidas as condições de acesso, mobilidade e permanência de pessoas com mobilidade reduzida, providenciando ainda estacionamento para deficientes junto a todas as instalações desportivas do concelho.

Por fim, reforçar a necessidade do Município em dar continuidade às obras do novo relvado sintético do Vitória de Cernache, para que estas tenham a evolução desejada e a sua conclusão cumpra as datas inicialmente previstas.

Muito obrigado.

Sertã e Paços do Concelho 28 de fevereiro 2019  
*Jorge Nunes*

Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro de 2019

Episódio do fim-de-semana de 26 e 27/01/2019 no Carvalhal

Carvalhal freguesia + pequena do concelho 2,2%

Síntese da intervenção: 1 – pretendo com minha intervenção dar-vos alguns elementos para que possais estar enquadrados com o caso, quando o descrever. Basicamente trata-se de uma disputa territorial que opõe um limite de freguesia histórico a uma pretensão de ocupação por parte do Castelo com base num erro plasmado na CAOP. (2013....2018)

Como vou falar do Carvalhal e dum assunto algo delicado, gostaria de fazer uma declaração de interesses para que todos vós possais saber da minha relação pessoal e institucional com a freguesia e aquela comunidade carvalhenses.

Pois a maioria de vós sabe, que nasci no seio daquela comunidade, fui autarca de freguesia durante muitos anos o que me dá algum conforto para falar da freguesia, pois conheço os cantos e recantos daquele território assim como os hábitos e costumes daquela gente.

Por isso, começaria por vos falar dos limites de freguesia, que estão na origem do conflito, que desde o início da sua história em, 6 de setembro de 1804, se mantiveram inalterados. São limites com história, com testemunhos seculares, com factos registrais e com muitos dados objetivos que o provam.

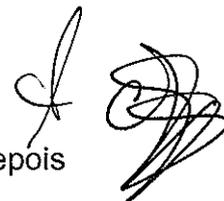
Eu queria pedir a atenção das senhoras e senhores deputados, dos senhores presidentes e da comunicação social, para o seguinte:

A freguesia de Carvalhal é limitada a norte pela freguesia de Pedrógão Pequeno, sendo que o limite divisório é marcado ao longo da ribeira da Amieira, desde o rio Zêzere até ao IC8 e a partir daí pelo visor entre as lameirinhas e o Casal Novo até ao cimo da serra.

Do lado sul confina com as freguesias de Sertã e do Castelo, e é com esta freguesia que importa aqui fazer uma maior descrição, pois o limite de freguesia entre Carvalhal e Castelo, começa no casal da escusa junto ao novo reservatório de água ali construído recentemente, bem visível do IC8, seguindo pela estrada que divide aquela povoação, atravessando a EN2 junto à casa do Saraiva e seguindo pela estrada do mourisco em direção à quinta da salada, daí para a charca do fundo da golarã, seguindo a linha de água da ribeira velha até ao rio

Ora sr. Presidente senhoras e senhores deputados, surgiu creio que em 2013 uma carta administrativa (CAOP) com dois erros grosseiros que afetam os limites reais e genuínos de três freguesias (Castelo, Carvalhal e Pedrógão Pequeno). Tenho aqui a versão de 2018=2013. Foi com o aparecimento desta carta que tenho aqui que surgiu o problema.

Antes de os descrever gostaria de vos dizer que a sua solução é formalmente fácil e resume-se a uma deliberação em sede de assembleias das freguesias



envolvidas, seguida de ratificação em assembleia Municipal, para depois publicar em diário da república.

Isto pressupõe, naturalmente um acordo entre as partes envolvidas (as freguesias) e, para isso é preciso boa vontade, algum bom senso e estar disponível para avaliar os erros. O que num dos lados não tem acontecido.

Então vamos à descrição dos erros plasmados na caop:

Primeiro erro - do lado norte - limite com Pedrógão; a citada nova carta administrativa (caop) coloca de forma errada o lugar de Vale do Rei como fazendo parte do Carvalhal, um lugar inteiro e uma grande área de pinhal, são muitos mas muitos hectares que à custa deste erro seriam transferidos indevidamente para o Carvalhal.

Ora verificado o erro pelas respetivas freguesias, ficou desde logo acordado que logo que oportuno o erro será formalmente corrigido repondo o limite da freguesia onde historicamente sempre foi: a linha de água da ribeira da Amieira. Não houve lutas, não haverá lutas, detetou-se um erro que prejudicava Pedrógão Pequeno e favorecia Carvalhal, vai corrigir-se e ponto final. Não estamos a dar nem a tirar nada a ninguém, apenas a corrigir um erro plasmado na referida carta (CAOP).

Segundo erro - do lado sul com a freguesia do Castelo; a dita nova carta, pródiga em erros, coloca, erradamente, o limite das freguesias entre Carvalhal e Castelo a cerca de duzentos metros para o interior do Carvalhal, designadamente na linha de água do ribeiro sapato.

Ora detetado o segundo erro, os responsáveis da freguesia de Carvalhal, em coerência com sucedido na freguesia de Pedrógão, tentaram a solução do problema com o Castelo, o que não resultou manifestamente por falta de sensibilidade e vontade do atual presidente.

Estou à vontade para vos falar disto, porque na qualidade de natural de Carvalhal, de ex-autarca executivo durante quase duas décadas, de membro da assembleia de freguesia durante quase outro tanto tempo, de conhecedor profundo de tudo o que foi feito e mantido desde os anos setenta, eu sei onde começa e acaba a freguesia de Carvalhal. Na estrada do Mourisco.

Sr. presidente, Sras. e Srs. deputados, na análise a alterações de circunscrições territoriais e limites de freguesias ou concelhos, diz a lei e aconselha a jurisprudência, que devemos ter sempre presentes dados objetivos como sendo a dados históricos, sociais, culturais, económicos e ainda os usos e costumes, por isso a faixa de território geradora do litigio entre as freguesias de Castelo e Carvalhal envolve uma área de cerca de 100 ha, mas envolve uma parte da povoação de Casal da Escusa, Lameira e parte de Ramalhos onde residem cerca de dezena e meia de pessoas que rejeitam pertencer ao Castelo. E é aqui que eu quero focar a minha intervenção, nas pessoas, no respeito pelo seu desejo e no respeito pela sua vontade.

Eu falei-vos de dados objetivos, pois, estas pessoas nasceram no casal da escusa e foram registadas e batizadas na freguesia de carvalhal; os seus antepassados viveram no casal da escusa e foram a enterrar no cemitério do

Carvalhal, não foram para Castelo; os jovens cresceram e foram para o infantário do Carvalhal, depois fizeram a primária e sexta classe na escola dos Ramalhos no Carvalhal, não foram para o Mourisco ou Castelo; os carvalhenses do casal da escusa sempre foram assistidos na extensão de saúde de Carvalhal, hoje como dantes, vão fazer o seu culto religioso à igreja de Carvalhal, vão às compras aos estabelecimentos comerciais do Carvalhal, são sócios das associações de Carvalhal, estão recenseados e votam no Carvalhal: pois há 214 anos, desde a fundação da freguesia, em 6/9/1804 que aquela comunidade sempre foi Carvalhal e, o que se deve relevar aqui é que aquela comunidade quer continuar a ser do Carvalhal. A pergunta que se impõe é: porquê não respeitar este desejo? Porque não respeitar a vontade desta comunidade? Porque não copiar o que vai ser feito entre Carvalhal e Pedrógão? (corrigir o erro)

Porquê? Porquê? Fomos eleitos, todos nós, para propiciar condições de felicidade às pessoas, não para as afrontar, não destruamos a sua vontade só porque sim. Espero que o Sr presidente de junta do Castelo reconsidere e deixe em paz os carvalhenses do casal da escusa, Lameira e Ramalhos, e respeite o seu desejo, respeite a sua vontade e siga o nosso exemplo com Pedrógão.

Dizer-vos ainda Sras. e Srs. deputados que tive o cuidado de investigar o sentimento das pessoas mais antigas do lugar vizinho, o Mourisco, sobre o limite da freguesia de Castelo: foram unânimes em considerar o limite da freguesia de Castelo pela estrada do Mourisco. Ouvi igualmente os ex presidentes de junta do Castelo anteriores ao atual presidente, o Sr, Armindo Lapa Martins que confirmou ter herdado o costume do limite do Castelo a norte sempre pela estrada do Mourisco, O Sr. Silvino Fernandes, outro presidente de junta que não tem dúvidas sobre o referido limite, sempre a estrada do Mourisco afirmou.

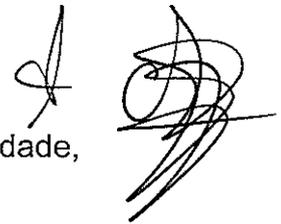
Face ao exposto, que dúvidas restam, Sras. e Srs. deputados? Será que vale a pena guerrear por 100 há de mato e silvas? e não respeitar o desejo das pessoas que ali vivem? Creio que não!

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, nós somos autarcas em exercício dum cargo que nos obriga a ser leais à verdade e, aquilo a que se chegou com procedimentos invasivos do Carvalhal por parte da junta de Castelo não é, de todo, admissível e, como autarca sinto-me desconfortável pelo que aconteceu.

Mas,

Se até aqui falei da difícil relação entre Carvalhal/Castelo, pois agora dirijo-me ao Sr. Presidente de câmara, dentro do mesmo contexto:

Depois das declarações do Sr. Presidente de câmara, ao jornal o CM onde refere que não tomaria posição enquanto o assunto estivesse em tribunal, diria que, a posição que Vossa Exia tomou ao optar pela imparcialidade, em detrimento da investigação que era imperioso fazer sobre os factos, não me



pareceu bem. A imparcialidade é ótima se assentar na justiça e na verdade, que não é o caso.

E quais são os factos senhor presidente?

Creio que não fez o que devia e fez o que não devia.

Estamos a tratar de erros e os erros devem ser corrigidos a bem da verdade.

No início do processo:

É minha convicção que:

- Não se interessou por analisar se estes erros eram comuns noutros concelhos e saber como se lá fazia e como se resolviam,
- Não auscultou o sentimento dos atuais autarcas,
- Não auscultou, como devia, os anteriores autarcas vivos de ambas as freguesias mas, em particular os ex-autarcas do Castelo, senhores Silvino Fernandes e Armindo Lapa Martins que exerceram funções durante cerca de vinte anos, e confirmam o exato limite da freguesia de Carvalhal com a Freguesia do Castelo, (estrada do Mourisco)
- Não verificou como devia, os registos matriciais que atestam o acomodamento daquele território à freguesia de Carvalhal,
- Não verificou com devia os registos notarias e prediais, sobre rústicos e urbanos, que atestam o acomodamento daquele território ao Carvalhal,
- Não verificou que os pedidos de parecer para novas edificações naquele território, foram feitos pela câmara à freguesia de Carvalhal.
- Todas as infraestruturas ali existentes como sendo asfaltamentos da rua de Lameiras e rua dos Ramalhos bem como a rede domiciliária de águas foram executadas, como sempre pelo município, segundo o plano de atividade da junta de freguesia de Carvalhal vertidos nos sucessivos planos de atividades do Município (estão nos arquivos da junta e naturalmente do município) anos 1996/97 e seguintes.
- Finalmente não ouviu com devia as populações envolvidas, os carvalhenses residentes no lugar de Casal da Escusa, Lameiras e Ramalhos que têm sido psicologicamente mal-amados quando legitimamente recusam recensear-se pela freguesia do Castelo.

O empenhamento de vossa excelência na investigação de todos ou parte destes factos objetivos, teriam seguramente, levado o presidente da camara José Farinha Nunes, a decidir-se por uma posição de obrigar as partes a entenderem-se sem recurso à via judicial.

Nada disto fez, preferiu o conforto de uma imparcialidade doentia dando força a temperamentos napoleónicos do senhor presidente da Junta de Castelo.

É minha convicção que não fez tudo o que devia, mas fez o que não devia, Sr. presidente: permitiu que pessoal da câmara fosse colocar as placas toponímicas em território que no mínimo estava sob análise e vigilância judicial, dando origem ao episódio de 27 de Janeiro. No mínimo deveria ter sido cauteloso e não permitir que tal acontecesse.

Mas senhor presidente, nunca é tarde. Nós autarcas temos a responsabilidade de resolver problemas das populações que nos elegeram. Está a tempo de

criar condições para parar a ação judicial em curso, porque são duas freguesias do concelho onde o senhor é o primeiro responsável.

Gostaria de pedir a todos vós que façais um juízo sobre a conjugação de todos os dados objetivos que descrevi e se questionem: se vale a pena esta guerra judicial por causa dum pedaço de terra.

E a questão que fica é esta: porque é que o senhor presidente de junta de freguesia do Castelo insiste em perturbar o conforto dos carvalhenses que, não querem mais nada senão continuarem a ser carvalhenses como sempre foram?

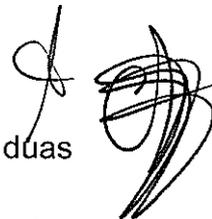
É tão difícil de perceber?

Olhe, por mim, pode ficar com as coisas mas deixe as pessoas serem felizes.

O Deputado

António Xavier

P.S. A ação judicial interposta por Carvalhal foi contestada pela freguesia de Castelo. Nela constam inúmeras inverdades.

Handwritten signature and scribble in the top right corner of the page.

## Assembleia Municipal

28 de fevereiro de 2019



Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A ambição é uma característica intrínseca ao ser humano.

Somos ambiciosos porque isso nos impele à mudança, à procura de um futuro melhor, à busca de novas conquistas.

Como bem dizia Maquiavel: **“a ambição é uma paixão tão imperiosa no coração humano, que mesmo que cheguemos às mais elevadas posições nunca nos sentiremos satisfeitos”**.

É esta ambição que nos alimenta diariamente e é desta ambição que são feitos os sonhos dos homens e mulheres que vivem e trabalham no Concelho da Sertã.

A nós, eleitos locais, cabe-nos interpretar essa ambição e, por vezes, ser agentes da mudança que decorre dessa mesma ambição.

Quem desempenha funções na Assembleia Municipal, na Câmara Municipal ou até nas Juntas de Freguesia sabe que diariamente somos confrontados com uma série de desafios que resultam da ambição das nossas populações por uma vida melhor.

Somos escolhidos para representar e defender um povo, mesmo que por vezes a nossa tarefa não seja cabalmente **apreendida** e, acima de tudo, compreendida.

Handwritten signature at the bottom right.

Porém, não deixamos de lutar pelo bem-estar do nosso Concelho, pelo seu desenvolvimento e por um amanhã melhor.

E é nessa luta que encontramos um sentido para o nosso trabalho, o qual não se compadece com desistências nem com discursos derrotistas.

Tempos houve em que nos diziam que o Concelho da Sertã não podia ambicionar ter tudo, nem ousar querer mais.

Para esses, o Concelho era apenas um belo jardim, que deveria ser cuidado e não crescer em demasia. Uma casa de bonecas para visitar ao fim-de-semana e assim invocar tempos antigos, onde parecia caber apenas a saudade.

O nosso Concelho habituou-se a ouvir os discursos de certas luminárias que defendiam que algo deveria mudar para que tudo continuasse na mesma.

Ignoravam estes senhores que a população do Concelho não vivia de palavras ou memórias; que o desemprego não se combatia com promessas; que as estradas ou o saneamento não caíam do céu ou que, inclusive, a política não contribuía para mudar a vida das pessoas.

Felizmente, o nosso passado está cheio de homens e mulheres que ousaram ter ambição, que pugnaram pela mudança, que não se resignaram perante os muros de dificuldades que outros teimosamente erguiam.

Ângelo Farinha foi um desses homens.

Lutou pela mudança e procurou que a sua Terra chegasse ao topo. Nunca desistiu e por isso, 25 anos após a sua morte, continua na memória de todos nós.

Ângelo Farinha ensinou-nos o valor da ambição e do empenho e essa lição deve obrigar-nos a refletir, porque hoje o mundo mudou e com ele mudaram algumas das coisas que tínhamos como adquiridas.

A ação de uma Câmara Municipal é agora muito diferente da que era há 30 anos.

Os desafios que se nos colocam são enormes, como bem prova a recente discussão em torno da transferência de competências da Administração Central para os municípios transferências essas que são inevitáveis.

Mas há mais!

Os desafios que o Concelho tem pela frente são atualmente mais complexos e exigem uma gestão cada vez mais rigorosa.

Um Município é hoje marcado pela transversalidade: os seus funcionários são especialistas das mais diferentes áreas e assumem missões, por vezes, espinhosas.

A Sertã não perdeu, contudo, a relevância nem o foco ao longo destes últimos anos e até – arrisco dizer-lo – reforçou a sua posição estratégica no contexto regional, muito por via da sua entrada na Comunidade Intermunicipal do Médio-Tejo, - uma das grandes decisões deste Executivo.



Hoje o nosso presente é feito de futuro, porque na Câmara Municipal da Sertã estamos a preparar esse futuro e a preparar o Concelho para novos patamares de desenvolvimento.

Sinalizámos os eixos estratégicos da nossa ação, ousámos arriscar em algumas áreas e temos hoje uma voz muito mais forte, mesmo quando à nossa volta há dificuldades.

Mas devemos querer mais e ambicionar o melhor.

O Concelho e a Sertã têm condições únicas para nos fazer sonhar mais alto, assim todos nós estejamos focados nesse objetivo.

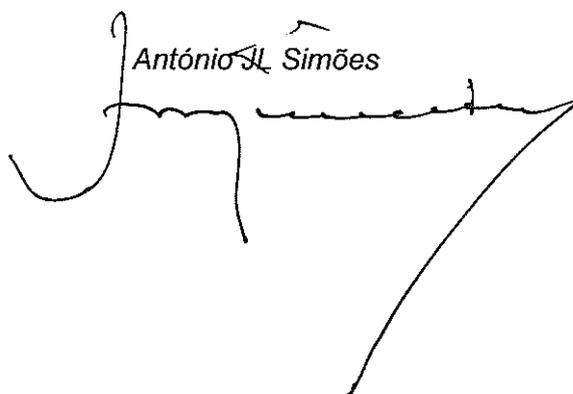
E sonhar mais alto é aquilo que o Executivo tem feito e continuará a fazer, através do lançamento e desenvolvimento de um conjunto de projetos estratégicos que mostram o caminho.

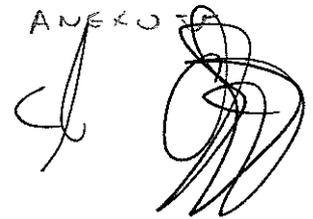
E tudo isto tem um propósito: **transformar o Concelho da Sertã no principal eixo estratégico de toda uma região, que cruza o Litoral com o Interior.**

O nosso Presidente e toda a sua equipa estão alinhados nesse objetivo, que certamente nos colocará no centro de um novo mundo de oportunidades.

Assim todos tenhamos a ambição de lá querer estar!

António J. Simões



ANEXO 3A  


## Assembleia Municipal 28/02/2019

### **Período antes da ordem do dia:**

Perguntou se 4 anos seriam suficientes para resolver a questão afirmando que a junta de freguesia esteve a ser governada durante 4 anos por um executivo Socialista e nada foi resolvido, então porquê colocar o ónus do problema no atual presidente de Junta de Freguesia Carlos Lopes?

Afirmou que a delimitação territorial em muitos casos é uma linha imaginária que liga dois pontos pré definidos, esse limite indefinido manifesta-se de difícil gestão e pode gerar confusão nos munícipes que em particular habitam ou têm terrenos junto desses limites.

Recorrendo a afirmações do Presidente da junta do Carvalhal Joaquim Santos que afirmou à Radio Condestável que “todos os anos saem novos mapas e quando se encontram erros retificam-se mas neste caso o Castelo não assume.”

Ora as alterações dos limites territoriais das freguesias são da competência legislativa da assembleia da república. Era competência do Governo resolver as dúvidas acerca dos limites das circunscrições administrativas, fixando-os quando sejam incertos.

Após a entrada em vigor da Constituição da República, aquela norma deve considerar-se revogada por se entender que tal competência que antes era do Governo passou a ser dos tribunais. O que está em causa é definir judicialmente aquilo que é indefinido, duvidoso ou controverso.

Discorda de que o Presidente José Farinha Nunes tenha sido Imparcial, e afirmou que não existe terra de ninguém e que até a dúvida estar esclarecida faz todo o sentido colocar placas toponímias para identificar os locais.

O Deputado

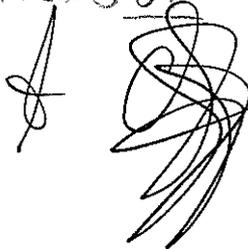
João Carlos Almeida

## Assembleia Municipal 28/02/2019

### Período antes da ordem do dia:

#### IVS

Começando pelo ano de 2016 em que a perda dos contratos de associação a câmara Municipal para assegurar o normal funcionamento de escola viu-se obrigada a investir 200 mil euros por ano para assegurar a manutenção de 4 turmas, depois de ser questionado na altura pelo vereador Vitor Cavalheiro sobre o ponto da situação. Afirmou o Presidente que “o normal é que 4 turmas fiquem em 400 mil euros e a autarquia vai suportar um máximo de 200 mil euros e o restante valor será assumido pelo grupo que gere o IVS. Em 2017 o presidente José Farinha Nunes foi recebido pela Secretária Adjunta e da educação Alexandra Leitão, para debater o caso do IVS. Da parte do Governo manteve-se a intransigência quanto ao financiamento das turmas do 7º e 10º ano. “tentamos que as turmas do 7º e 10º ano, as de início de ciclo fossem autorizadas mas disse que não.” Perante esta situação o Presidente defendeu que “a Câmara deve continuar a defender aquilo que defendeu até ali e por isso não vamos desistir de manter os alunos a estudar no IVS. O autarca sublinhou que a autarquia irá lutar sempre por manter aqueles alunos em Cernache do Bonjardim, é que poderá ter custos mas é um bom investimento, na sua opinião a secretária de estado não se preocupará com os problemas locais, quem tem que se preocupar com isso é quem está no local. A Câmara Municipal é uma autarquia que tem que se preocupar com estes problemas, além da educação são problemas que provocam desemprego, mais custos com transportes, sem esquecer que provoca ainda mais 20 quilómetros por dia de deslocações, não havendo qualidade de ensino, esclareceu. Em Janeiro de 2019 o Presidente José Farinha Nunes esteve reunido com a Secretária de Estado Adjunta Alexandra Leitão, em cima da mesa o assunto Instituto Vaz Serra. O Ministério da Educação vai voltar a financiar as turmas daquele estabelecimento de ensino, a partir do próximo ano letivo, tal como fazia antes de romper o contrato de associação. A Secretária de Estado decidiu continuar a participar as turmas desta escola, salvaguardando que no próximo ano letivo pode haver uma ou outra turma não financiada, mas no ano seguinte não

ANEXOTO  


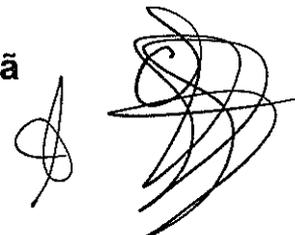
haverá qualquer necessidade de intervenção por parte da Câmara. José Farinha Nunes diz que a vitória alcançada não é da Autarquia, quem ganhou foi a decisão da Secretária de Estado. Discordou desta opinião afirmando que o Presidente é demasiado modesto mas vindo dele acha normal, o que não acha normal é depois de todo este esforço, todo o trabalho e investimento em prol da estabilidade desta instituição, que mesmo que não chegasse a bom porto, penso que ninguém poderia vir dizer que não se tenha feito tudo o que estava ao nosso alcance para a resolução do problema.

Criticou a falta de reconhecimento da Assembleia Municipal, porque está sempre pronta para a crítica negativa e não ouviu qualquer intervenção a elogiar a vitória desta decisão que é boa para o concelho, para a Câmara, para o concelho, para a freguesia de Cernache, para os alunos e para toda a Comunidade.

O Deputado

João Carlos Almeida

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Sertã  
de 28 de fevereiro de 2019**



Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Excelentíssima Senhora e Senhor Secretários

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal  
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadores

Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores Jornalistas  
Digníssimo Público.

Renovo os meus cumprimentos,

Neste ponto "**A Ordem do Dia**", na apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, pretendo deixar a esta Assembleia Municipal as seguintes considerações:

Decorreu no dia 18 de fevereiro, nesta sala, uma sessão pública para a apresentação das obras de requalificação do edifício do Mercado Municipal e da Av. Dr. Ângelo Henriques Vidigal.

Como diz a informação do Senhor Presidente da Câmara, essa sessão contou com a presença de vários comerciantes, moradores e algum público. Contou também com a presença de alguns Deputados Municipais, onde eu me incluía.

Essa sessão, que na minha opinião decorreu bastante bem, foi esclarecedora, e foi uma sessão muito participada pelo público e comerciantes presentes. Foram colocadas várias questões, ficando a ideia que todas foram respondidas e esclarecidas.

Se essa apresentação foi na altura certa ou não, fica a dúvida, mas isso não retira o mérito ao Senhor Presidente da Câmara, ao Executivo e aos técnicos que participaram na sessão, sendo por isso de louvar esta iniciativa do Executivo.

Deste debate, retive duas ou três situações, sobre as quais queria deixar a minha opinião:

Relativamente ao estacionamento previsto no início da Avenida, onde vai existir um passeio suspenso, foi dito que por causa das árvores existentes, o mesmo só podia avançar cerca de 60 centímetros, não sei se não era de considerar neste caso em concreto uma solução de futuro relativamente ao passeio.

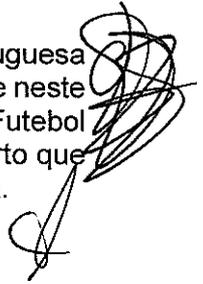
Foi também dito nessa sessão que os contentores dos resíduos sólidos existente naquele local iam ficar enterrados, a sugestão que eu deixava, era se não podia acontecer o mesmo (serem enterrados) todos os contentores existentes dentro do perímetro urbano da vila.

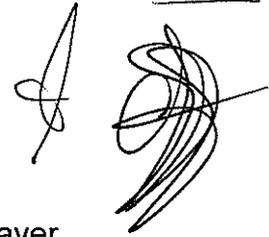
Também da informação do Senhor Presidente consta a assinatura de um protocolo no dia 1 de fevereiro entre o Município, a Federação Portuguesa de Futebol e a Associação de Futebol de Castelo Branco, para a homologação de vários eventos desportivos e conseqüentemente o TORNEIO LUIS GOUVEIA.

É importante reconhecer que as excelentes relações entre o Município e a Federação Portuguesa de Futebol, são fruto do trabalho desenvolvido pelo Município no que diz respeito ao desporto e neste caso ao futebol e ao futsal, mas também à forma como a Federação Portuguesa de Futebol reconhece esse trabalho e como vê no nosso concelho um parceiro de excelência, sendo certo que tudo isto só tem sido possível com empenhamento pessoal do Senhor Presidente da Câmara.

Muito obrigado.

Sertã e Paços do Concelho 28 de fevereiro 2019  
*Jorge Nunes*





### Período de A Ordem do dia - Propostas 2.2, 2.3 e 2.4)

Referente às propostas de interesse concelhio, afirmou que parece haver alguma relutância na aprovação destes casos, questionando se hoje estamos melhor ou pior com o funcionamento das atividades empresas que aprovamos como interesse concelhio, referindo como exemplos serviços de oficina e comércio auto, Posto de abastecimento de combustível, indústria de serração de madeiras, destilarias, oficina e comércio de máquinas agrícolas, atividade de gestão de viaturas em fim de vida, parque de campismo, carpintarias, lar de idosos, parques eólicos, hemodialise, etc.

Pensa que o concelho está melhor com todos estes serviços e traz ao concelho muita gente de outros concelhos que não têm estes serviços nos seus concelhos.

Estranha o aumento da abstenção por parte dos vereadores do executivo, afirmando que a abstenção em política é o ato de se eximir de fazer opções políticas. Abster-se do processo político é visto como uma forma de participação passiva.

Se a Abstenção resolvesse alguma coisa, Portugal estava ótimo, perguntando se o problema não será andarmos a decidir coisas a menos?

Recorrendo a uma afirmação de Francisco Sá Carneiro na assembleia da República em 1978: "A abstenção é um ato de cobardia política"

Recorreu a uma intervenção de 2004 a respeito do Vereador Jorge Coluna que pelo menos tem sido coerente, recorrendo a uma intervenção que na altura fez a respeito do interesse concelhio para dois postos de abastecimento de combustível: "Com esta possibilidade legal está-se a abrir um precedente grave para no futuro qualquer outro município requerer o mesmo estatuto de interesse concelhio para poder construir qualquer atividade económica num local onde é proibido construir no PDM."

Afirmou que não é o Executivo que aprova se é ou não de interesse concelhio, esse poder é restrito à Assembleia Municipal, cabe ao executivo decidir apenas se o assunto vai ou não à votação à Assembleia Municipal, pelo que não vê razão aparente para tanta abstenção por parte dos vereadores na sua opinião. A finalizar disse ser de acordo com a aprovação das três propostas em votação porque vão contribuir para o aumento da oferta de serviços no Concelho, criando mais postos de trabalho e trazendo mais pessoas de outros concelhos para fazer compras no Município.

O Deputado

João Carlos Almeida



Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2019

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal - aproveito o momento para felicitá-lo pelo novo cargo de Vice-Reitor da Universidade de Coimbra. Parabéns!

Exmos. Senhores Secretários/a

Exmo. Sr. Presidente da Câmara

Exmos. Senhores Vereadores/a

Exmos. Membros da Assembleia

Exmos. Senhores da Comunicação Social

E Prezado público aqui presente e que nos ouve via Rádio Condestável e consulta via on-line, Médiotejo.net

A todos saúdo com votos de boa tarde.

Ponto 2.7 - A descentralização de competências transferidas para as Autarquias locais no âmbito da Lei nº 50/2018 de 16 de agosto e concretizadas no diploma sectorial a seguir indicado.

b) Decreto-Lei nº 22/2019 de 30 de janeiro de 2019 que concretiza o quadro de competências para os municípios no domínio da cultura;

Em minha opinião e de forma generalizada, a descentralização que estamos a ser alvo, deveria ir mais além do que o governo propõe e colocou no papel. A simples passagem de competências para a responsabilidade das autarquias locais não chega, como já foi mencionado desconhecem-se as implicações e as responsabilidades financeiras, recursos humanos e organizacionais.

Da parte do governo devia existir a necessidade de proximidade, de negociar Município a Município (municípios diferentes necessidades diferentes) e não ser na generalidade para todos, sei que é mais fácil mas se calhar não vai ao encontro do que queremos para o nosso Município, muito menos da forma que está a ser processado, daí a nossa não aceitação das transferências.

Entre outras medidas é objetivo do governo transferir serviços do estado para outras partes do país.

O PVI.- PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR é o resultado da REVISÃO DO PNCT – Programa Nacional de Coesão Territorial: com a introdução de uma LISTAGEM DAS NOVAS MEDIDAS, um território + coeso,+ competitivo,+ sustentável, + conectado + colaborativo, efetuado em julho de 2018, da Autoria e edição da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, que foi publicado no Diário da República, 1.ª série - N.º 172 a 06 de setembro 2018.

Na presente revisão, reitera-se o objetivo de concretizar medidas territorializadas de discriminação positiva e de incentivo ao desenvolvimento dos territórios de baixa densidade, visando a fixação da população, a diminuição das assimetrias regionais, a coesão e a competitividade territorial.

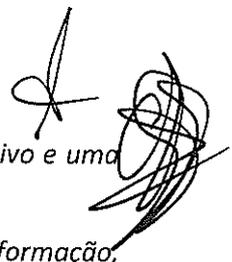
Vou falar apenas de duas que estão dentro do âmbito da cultura:

No EIXO I – UM TERRITÓRIO INTERIOR + COESO

#### **“1.49. Localização dos Arquivos do Estado no Interior**

*DESCRIÇÃO DA MEDIDA: Estudar a localização de alguns arquivos de serviços da administração central direta e indireta e/ou entidades públicas empresarias num concelho do Interior:*





(1) permitindo uma utilização mais eficiente dos espaços públicos atualmente ocupados com arquivo e uma maior racionalidade em termos de custos (repositórios físicos);

(2) criando postos de trabalho qualificados para tratamento e organização física e digital da informação, com disponibilização digital dos documentos aos organismos e serviços da Administração Pública de acordo com níveis de serviço adequados.

ÁREAS DE GOVERNAÇÃO: MPMA / MADJ

PRINCIPAIS PROMOTORES: Transversal às áreas de governação / Autarquias Locais

CALENDÁRIO: 2018 e seguintes"

#### **"1.64. Polos Regionais de Museus Nacionais**

DESCRIÇÃO DA MEDIDA: Avaliar a criação de polos regionais dos museus nacionais nos concelhos dos territórios do interior, em articulação com as autarquias locais, com o objetivo de promover e divulgar as obras dos principais museus do país em regiões onde a oferta e o acesso à arte é escasso. Para além de contribuir para aumentar a atratividade e sustentabilidade de equipamentos localizados no Interior, de elevando potencial turístico, mas subvalorizados e subutilizados, valoriza-se ao mesmo tempo os próprios acervos dos museus nacionais, nomeadamente os que não estão expostos ao grande público, e que nestas regiões ganham outra projeção.

ÁREA DA GOVERNAÇÃO: MC

PRINCIPAIS PROMOTORES: IPM / Autarquias Locais

CALENDÁRIO: 2018 e seguintes"

E passo a apresentar uma notícia retirada:

Em linha: <https://www.tsf.pt/cultura/interior/arquivos-dos-ministerios-vaio-sair-de-lisboa-10571887.html>

"13 DE FEVEREIRO DE 2019 - 11:56 TSF

Rádio TSF

"DESCENTRALIZAÇÃO

*De Lisboa para o interior: Museu do Chiado e arquivos dos ministérios vão ter casa nova*

*O Governo revelou esta quarta-feira aos deputados que os arquivos dos ministérios vão ser instalados no interior do país. O Museu de Arte Contemporânea também vai ter polo fora de Lisboa.*

*O ministro-adjunto e da Economia, Pedro Siza Vieira, escutado na Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação (CAOTDPLH), anunciou aos deputados que "está constituído um grupo de trabalho com o Ministério da Presidência e Modernização Administrativa e com o Ministério da Cultura para se fazer um levantamento das necessidades dos arquivos".*

*O objetivo da mudança dos arquivos é ajudar à estratégia de coesão territorial. "Esse projeto é interessante", adianta Pedro Siza Vieira.*

*"Nós temos demasiados arquivos físicos situados na cidade de Lisboa em vários serviços: no Ministério da Justiça, no Ministério da Saúde, no Ministério da Segurança Social, que ocupam um espaço valioso no centro da cidade e ao mesmo tempo a sua mobilização para um espaço do interior permite, não só libertar esses espaços mas também criar emprego qualificado em regiões do interior", sublinha.*



*Pedro Siza Vieira revela que "estamos ainda a fazer o levantamento dessas necessidades e esse trabalho está em curso".*

*MNAC do Chiado para o interior*

*Outra iniciativa que está a ser estudada é a criação de um polo do Museu Nacional de Arte Contemporânea (MNAC) numa localidade do interior.*

*"Estamos a trabalhar no sentido de localizar um polo do Museu Nacional de Arte Contemporânea numa cidade do interior do país, estamos a fazer esse trabalho que passa por encontrar instalações adequadas e fazer o orçamento de funcionamento disso", explica o ministro.*

*De acordo com Pedro Siza Vieira "a ideia será que mantendo-se a direção no quadro de um Museu Nacional possa parte do espólio passar a ter um ponto de exposição permanente noutra região do país".*

*O MNAC tem um acervo de 5 mil peças de arte e as instalações no Chiado, só conseguem expor algumas obras. O espaço está esgotado apesar da possibilidade de expansão para as antigas instalações do Governo Civil de Lisboa.*

*Agora, o Governo avança com a deslocalização de parte do museu para uma cidade do interior."*

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia e Senhor Presidente da Câmara

Não somos cidade do interior mas somos um concelho que merece um olhar mais atento, nesta área cultural/educativa.

Eu espero que as nossas forças políticas do Partido Social Democrata – PSD, do município e atualmente representadas na Comissão Política Nacional – Exm<sup>a</sup> Senhora Vereadora do Município da Sertã, Dr<sup>a</sup> Cláudia André.

Solicito a atenção dos nossos deputados na Assembleia da República – Dr. Manuel Frexes e Dr. Álvaro Batista que estão lá para defender os nossos territórios e as nossas gentes. Espero que não se abstenham dessa tarefa.

E claro dirijo-me ao Partido Socialista-PS que no âmbito da Secretaria de Estado para a Valorização do Interior o Senhor Secretário de Estado Eng<sup>o</sup> João Paulo Catarino, e também a Sr.<sup>a</sup> deputada Hortense Martins, que desloquem realmente algo de concreto para o interior.

Penso que mesmo não estando integrados no grupo de trabalho específico ou não sendo detentores destas áreas diretamente nas suas competências parlamentares, mas que mesmo assim ajudem a que os mesmos sejam deslocados para municípios que não tenham nenhum espaço museológico ou arquivo, e não mais do mesmo, ou seja mais sempre para as cidades/localidades que já têm espaços idênticos.

Neste caso assim como noutros será mais vantajosa a união que faz a força. A região ficará a ganhar e ficará sim mais coesa.

A todos, muito obrigada pela atenção dispensada.

O Membro da Assembleia Municipal

  
Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira